

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 525.109 - ES (2019/0228307-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CLAUDINER REZENDE DA SILVA - MG087219
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : ANDRE LUIZ DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EMENTA

HABEAS CORPUS. REVISÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA. AUMENTO DA PENA-BASE. QUANTIDADE E NATUREZA. FUNDAMENTOS VÁLIDOS. POSSIBILIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DIVERSA DESDE QUE MANTIDA A PENA. REFORMATIO *IN PEJUS*. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Andre Luiz dos Santos**, em que se aponta como autoridade coatora as Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça do Espírito Santo que desproveu a Revisão Criminal n. 0000673-92.2010.8.08.0050, nos termos da seguinte ementa (fl. 60):

REVISÃO CRIMINAL PEDIDO DE REANÁLISE DA DOSIMETRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. REVISÃO IMPROCEDENTE.

1. A fixação da pena base não obedece um critério matemático fixo, devendo o Juiz justificar a exasperação da pena base com supedâneo nas circunstâncias do delito e nos aspectos subjetivos do agente.

2. Revisão desprovida.

Aqui, a defesa alega constrangimento ilegal na manutenção da exasperação da pena-base.

Afirma que *foi utilizado meios vagos para valorar as circunstâncias judiciais, e conseqüentemente, fixando a pena-base acima do mínimo legal, para o delito de tráfico de drogas* (fl. 8).

Aduz que *a considerar que na época da sentença objeto desta ação, não*

Superior Tribunal de Justiça

havia sido proferida qualquer decisão em prejuízo do revisando, de forma que não haveria de se como considerar como maculados os seus antecedentes quando do julgamento da ação penal (fl. 10).

Sustenta, ainda, que o ato coator tenta justifica a manutenção da decisão na justificativa de que a natureza e a quantidade de entorpecentes justificariam a manutenção da pena. Em primeiro, impossível que seja inovada a argumentação em prejuízo da defesa somente em sede de revisão criminal. Estaria, o Tribunal, fazendo verdadeira reformatio in pejus (fl. 11).

Requer, ao final, a concessão da ordem para que seja fixada a pena-base do delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 em seu patamar mínimo.

Não houve pedido liminar.

Informações prestadas (fls. 72/102), o Ministério Público Federal ofereceu parecer pela denegação da ordem (fls. 104/110).

É o relatório.

Em que pese as razões da defesa, a insurgência não prospera.

O Tribunal *a quo*, negou provimento à revisão criminal e manteve a exasperação da pena base asseverando que (fl. 65):

[...] constata-se que André Luis dos Santos uniu-se à Jocilene Januário Vieira, sua então companheira, com o fim de traficar drogas.

Em abordagem policial, com Jocilene foram apreendidas 11 (onze) pedras de crack e a quantia de R\$175,00 (cento e setenta e cinco) reais.

Por sua vez, com André Luis dos Santos, ora requerente, foram apreendidas 446 (quatrocentos e quarenta e seis) pedras de crack embaladas individualmente em 28 (vinte e oito) pacotes e outras duas embalagens que aparentava ser da mesma substância, além de um 'cartucho calibre .380, papel alumínio, uma caixa de ácido bórico.

Após compulsar os autos, vejo que a dosimetria da pena realizada pelo Magistrado de Primeiro Grau não merece retoques.

Em relação ao crime de tráfico de drogas, o MM. Juiz fixou a pena base em 06 (seis) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa.

Contudo, diante do descrito acima, **constata-se que a natureza e quantidade das substâncias apreendidas reputa-se significativa, o que autoriza o aumento da pena em 1 (um) ano.**

[...]

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, é pacífico nesta Corte o entendimento de que *a natureza e a variedade da droga apreendida, desde que associadas à quantidade não desprezível, constituem fundamento idôneo a justificar o aumento da pena-base ou a fixação de fração redutora aquém da máxima legal pela minorante* (AgRg no AREsp 1.274.609/TO, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 12/9/2019).

Ademais, *o Tribunal de origem não atua em reformatio in pejus quando ratifica a pena-base acima do mínimo legal com fundamentos não elencados na sentença, pois não houve agravamento da reprimenda cominada* (AgRg no AREsp 1.079.010/ES, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 27/9/2017).

Assim, estando o acórdão impugnado em consonância com a jurisprudência desta Corte, não há ilegalidade a ser sanada.

Ante o exposto, **denego** a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator